

Demonstrações Financeiras

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

31 de dezembro de 2013 e 2012
com Relatório dos Auditores Independentes

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais levantados	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas
Cascavel - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Building a better
working world

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 04 de março de 2013, sem qualquer modificação.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2013, examinamos as reclassificações descritas na nota explicativa 4 que foram efetuadas para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP249186/O-5

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Balancos patrimoniais levantados
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.713	8.807
Clientes	6	3.735	2.214
Clientes - Partes Relacionadas	6	9.355	6.922
Tributos a recuperar	7	77	6
Despesas antecipadas	8	176	162
Outros créditos		1.231	659
Total do ativo circulante		28.287	18.770
Não circulante			
Tributos diferidos	12.a	124.544	131.078
Despesas antecipadas	8	290	340
Depósitos judiciais	9	1.152	2.146
Imobilizado	10	19.466	19.646
Intangível	11	320.547	327.321
Total do ativo não circulante		465.999	480.531
Total do ativo		494.286	499.301

	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		3.460	7.642
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	2.336	2.197
Empréstimos	14	6.753	13
Arrendamento mercantil financeiro	15	-	56
Obrigações sociais e trabalhistas		2.496	2.249
Provisão para manutenção	17	32.164	36.853
Provisão para imposto de renda e contribuição social		1.267	1.559
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	20.d	5.323	8.771
Obrigações com o poder concedente	18	249	236
Partes relacionadas - fornecedores	16	2.890	2.590
Outras contas a pagar		1.169	2.860
Total do passivo circulante		58.107	65.026
Não circulante			
Empréstimos	14	24.418	974
Partes relacionadas - mútuo	16	71	31.800
Partes relacionadas - fornecedor	16	-	188
Provisão para manutenção	17	63.950	61.517
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	19	5.797	12.935
Outras contas a pagar		623	-
Total do passivo não circulante		94.859	107.414
Patrimônio líquido			
Capital social	20.a	291.468	291.468
Reserva de lucros - legal	20.b	9.473	7.302
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	20.c	295	145
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	20.d	13.772	27.946
Reserva de lucros - orçamento de capital		26.312	-
Total do patrimônio líquido		341.320	326.861
Total do passivo e patrimônio líquido		494.286	499.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida	21	253.040	252.083
Custo dos serviços prestados	22	(149.944)	(158.084)
Lucro bruto		103.096	93.999
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas operacionais	22	(20.851)	(28.307)
Outras receitas, líquidas		19	181
		(20.832)	(28.126)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		82.264	65.873
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	1.445	1.193
Despesas financeiras	23	(17.953)	(12.744)
		(16.508)	(11.551)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		65.756	54.322
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	12.b	(15.793)	(22.708)
Diferidos	12.b	(6.534)	5.315
		(22.327)	(17.393)
Lucro líquido do exercício		43.429	36.929
Lucro líquido por ação (EM R\$) - básico e diluído	24	0,15	0,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido do exercício	43.429	36.929
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>43.429</u>	<u>36.929</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Plano de opção com base em ações	Legal	Dividendos adicionais propostos	Orçamento de Capital		
Saldos em 31 de dezembro de 2011		291.468	59	5.456	1.634	-	-	298.617
Opções outorgadas reconhecidas	20.c	-	86	-	-	-	-	86
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	36.929	36.929
Destinação do lucro:								
Reserva legal	20.b	-	-	1.846	-	-	(1.846)	-
Dividendos pagos (R\$0,03 por ação)	20.d	-	-	-	-	-	(8.771)	(8.771)
Constituição de reserva para dividendos (R\$0,09 por ação)	20.d	-	-	-	26.312	-	(26.312)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		291.468	145	7.302	27.946	-	-	326.861
Opções outorgadas reconhecidas	20.c	-	150	-	-	-	-	150
Dividendos distribuídos (R\$0,01 por ação)		-	-	-	(1.634)	-	-	(1.634)
Constituição de orçamento de capital conforme AGO 25/04/2013		-	-	-	(26.312)	26.312	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	43.429	43.429
Destinação do lucro:								
Reserva legal	20.b	-	-	2.171	-	-	(2.171)	-
Dividendos pagos (R\$0,04 por ação)	20.d	-	-	-	-	-	(12.547)	(12.547)
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,05 por ação)		-	-	-	-	-	(14.939)	(14.939)
Constituição de reserva para dividendos (R\$0,05 por ação)	20.d	-	-	-	13.772	-	(13.772)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		291.468	295	9.473	13.772	26.312	-	341.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2013	31/12/2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido	43.429	36.929
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	38.860	36.705
Perda/baixa do ativo imobilizado	70	201
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	(7.138)	7.432
Encargos financeiros sobre empréstimos e arrendamento mercantil financeiro	1.512	(190)
Provisão para manutenção	(2.256)	10.241
Tributos diferidos	6.534	(5.316)
Plano de opções com base em ações	150	86
Juros sobre contrato de mútuo	1.378	4.953
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(3.987)	(1.442)
Tributos a recuperar	(71)	134
Despesas antecipadas	36	36
Depósitos judiciais	994	(20)
Outros créditos	(572)	(95)
Transações com partes relacionadas	112	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(4.182)	3.311
Obrigações sociais e trabalhistas	247	354
Impostos, taxas e contribuições a recolher	139	(32)
Outras contas a pagar	(1.068)	1.834
Imposto de renda e contribuição social	(292)	(3)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>73.928</u>	<u>95.118</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(4.341)	(10.301)
Aquisição de intangível	(27.635)	(48.817)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(31.976)</u>	<u>(59.118)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas - mútuo	(33.107)	(38.648)
Captação de empréstimos - terceiros	32.500	1.201
Pagamento de empréstimos e arrendamento mercantil financeiro	(2.631)	(196)
Obrigações com o poder concedente	13	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(32.568)	(544)
Juros pagos	(1.253)	(23)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(37.046)</u>	<u>(38.210)</u>
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.906</u>	<u>(2.210)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.807	11.017
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13.713	8.807
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.906</u>	<u>(2.210)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas ("Ecocataratas" ou "Companhia"), constituída em 03 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. O prazo de concessão é de, no mínimo, 24 anos (prazo final em 13 de novembro de 2021). A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Federal BR-277, km 582. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 29.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas sob responsabilidade da diretoria, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 24 de fevereiro de 2014.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.2. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Mensuração do valor justo--Continuação

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.

Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

A Companhia determina as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados e disponíveis para venda, e para mensuração não recorrente, tais como ativos mantidos para distribuição em operação descontinuada.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Mensuração do valor justo--Continuação

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio, e as receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

2.4. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - correntes--Continuação

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.5. Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Imobilizado--Continuação

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Hardware e equipamentos de pedágio 5 anos
- Máquinas e equipamentos 10 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Edificações 22 e 23 anos
- Outros 5 e 6 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativos intangíveis--Continuação

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e contas a receber;
- Investimentos mantidos até o vencimento;
- Investimentos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando o direito de reconhecimento da Companhia for estabelecido.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)--Continuação

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou Companhia de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou Companhia de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração do resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros, da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado.
- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.
- Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11. Transações envolvendo pagamento em ações

A Administração da Companhia recebe remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Transações envolvendo pagamento em ações--Continuação

Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.13. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.15. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013 --Continuação

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

3. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes para determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Uso de estimativas e julgamento--Continuação

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na Nota Explicativa nº 27.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos

Intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação da carga de amortização anual dos ativos--Continuação

Intangíveis oriundos dos contratos de concessão--Continuação

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que os mesmos podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso da Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente, levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 9,01% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("*impairment*" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Reclassificações efetuadas pela Administração da Companhia

A Administração da Companhia entende que a melhor forma de apresentação do Fluxo de caixa seja a partir do Lucro líquido, portanto, a Companhia passa a demonstrar seu Fluxo de caixa a partir do Lucro líquido e não mais do Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Para garantir a comparabilidade das informações, estamos rerepresentando a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os efeitos da reapresentação da DFC estão demonstrados no quadro a seguir.

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	54.322	(54.322)	-
Lucro líquido	-	36.929	36.929
Tributos diferidos	(1)	(5.315)	(5.316)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(22.711)	22.708	(3)
Juros pagos	(23)	23	-
Demais variações	63.508	-	63.508
Total do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	95.095	23	95.118
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(59.118)	-	(59.118)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Juros pagos	-	(23)	(23)
Demais variações	(38.187)	-	(38.187)
Total do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(38.187)	(23)	(38.210)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(2.210)	-	(2.210)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 foi reclassificado em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

Balanço patrimonial	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Ativo			
Não circulante			
Tributos diferidos (*)	48.761	82.317	131.078
Intangível (*)	409.638	(82.317)	327.321
Passivo			
Circulante			
Obrigações com o poder concedente	-	(236)	(236)
Outras contas a pagar	(3.096)	236	(2.860)
	455.303	-	455.303

(*) Foram reclassificados os benefícios fiscais (Imposto de Renda e Contribuição Social) da Incorporação da parcela cindida da Controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. na Companhia ocorrida em 29 de dezembro de 2010.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	3.812	3.358
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	8.925	2.948
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	<u>976</u>	<u>2.501</u>
	<u>13.713</u>	<u>8.807</u>

- a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 91,12% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 3,29% em Operações Compromissadas, 5,15% em Letra Financeira - LF e 0,44% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remuneradas à taxa de 101,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- b) A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2013, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$976 (R\$993 em 31 de dezembro de 2012).

6. Clientes

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Clientes--Continuação

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico - partes relacionadas (a)	9.355	6.922
Pedágio eletrônico - outros	2.909	1.375
Cupons de pedágio	179	199
Receitas acessórias	680	640
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(33)	-
	<u>13.090</u>	<u>9.136</u>

- (a) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP), controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de Administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar” (vide Nota Explicativa nº 16).
- (b) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, estabelece no qual a constituição do PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 90 dias.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A vencer	13.090	9.132
Vencidos:	-	-
Até 30 dias	-	3
De 31 a 60 dias	-	1
Acima de 90 dias	33	-
	<u>13.123</u>	<u>9.136</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	-	-
Constituição PCLD no exercício	33	-
Valores recuperados no exercício	-	-
	<u>33</u>	<u>-</u>

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRRF e CSLL a recuperar	68	-
Outros	9	6
	<u>77</u>	<u>6</u>

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e aos pagamentos de estimativas mensais de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O saldo será utilizado para abater o passivo de IRPJ, CSLL, PIS, Cofins e IRRF, PIS, Cofins e CSLL retidos, a pagar em 2014.

8. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica "Despesas antecipadas" em 31 de dezembro de 2013 é de R\$466 (R\$502 em 31 de dezembro de 2012) e refere-se, substancialmente, a aluguéis a apropriar e prêmios de seguros a apropriar, classificados no ativo circulante (R\$176) e não circulante (R\$290). Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na Nota Explicativa nº 27.

9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo no inicial	2.146	2.126
Adições	120	243
Baixas/estornos	(1.203)	(408)
Atualização monetária	89	185
Saldo final	<u>1.152</u>	<u>2.146</u>

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação - %	Custo				Depreciação					Residual		
		Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Hardware e equipamentos de pedágio	13,8	7.938	1.868	(113)	-	9.693	(5.106)	(1.220)	110	-	(6.216)	3.477	2.832
Maquinas e equipamentos	9,4	2.333	324	(57)	-	2.600	(1.253)	(235)	36	-	(1.452)	1.148	1.080
Móveis e utensílios	7,3	982	417	(79)	-	1.320	(327)	(87)	71	-	(343)	977	655
Edificações	4,6	8.457	-	-	151	8.608	(4.878)	(385)	-	-	(5.263)	3.345	3.579
Outros	12,1	6.955	7.692	(422)	-	14.225	(2.473)	(1.306)	253	-	(3.526)	10.699	4.482
		26.665	10.301	(671)	151	36.446	(14.037)	(3.233)	470	-	(16.800)	19.646	12.628

	Taxas médias anuais de depreciação - %	Custo				Depreciação					Residual		
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Hardware e equipamentos de pedágio	14,4	9.693	1.096	(234)	(6)	10.549	(6.216)	(1.478)	218	1	(7.475)	3.074	3.477
Maquinas e equipamentos	10,6	2.600	224	(32)	-	2.792	(1.452)	(288)	27	-	(1.713)	1.079	1.148
Móveis e utensílios	9,3	1.320	149	(14)	6	1.461	(343)	(129)	13	-	(459)	1.002	977
Edificações	4,5	8.608	-	-	-	8.608	(5.263)	(384)	-	-	(5.647)	2.961	3.345
Outros	14,0	14.225	2.872	(491)	-	16.606	(3.526)	(2.192)	463	(1)	(5.256)	11.350	10.699
		36.446	4.341	(771)	-	40.016	(16.800)	(4.471)	721	-	(20.550)	19.466	19.646

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (Caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia dos empréstimos e do arrendamento mercantil financeiro (vide Nota Explicativa nº 14). Em 31 de dezembro de 2012 outros bens estavam vinculados como garantia de arrendamento mercantil (vide Nota Explicativa nº 15).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não foram capitalizados encargos financeiros, no exercício de 2012 foram capitalizados R\$373.

Ao final de cada exercício, a Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	Taxas médias anuais de amortização - %	Custo				Amortização				Residual		
		Saldos em 31/12/2011	Adições	Transf .	Baixa	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Contratos de concessão	(a)	564.558	48.244	524	(82.317)	531.009	(170.430)	(33.410)	-	(203.840)	327.169	394.128
Softwares de terceiros	20,0	1.586	49	-	-	1.635	(1.430)	(62)	-	(1.492)	143	156
Outros	10,0	165	373	(524)	-	14	(5)	-	-	(5)	9	160
		566.309	48.666	-	(82.317)	532.658	(171.865)	(33.472)	-	(205.337)	327.321	394.444

	Taxas médias anuais de amortização - %	Custo			Amortização				Residual		
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Contratos de concessão	(a)	531.009	27.403	(90)	558.322	(203.840)	(34.319)	70	(238.089)	320.233	327.169
Softwares de terceiros	20,0	1.635	232	-	1.867	(1.492)	(70)	-	(1.562)	305	143
Outros	10,0	14	-	-	14	(5)	-	-	(5)	9	9
		532.658	27.635	(90)	560.203	(205.337)	(34.389)	70	(239.656)	320.547	327.321

(a) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2013 foi de 6,30% (5,68% em 31 de dezembro de 2012).

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>Balço patrimonial</u>		<u>Resultado</u>
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.971	4.398	(2.427)
Regime Tributária de Transição (RTT) (*)	49.462	44.357	5.105
Realização do ágio na incorporação	73.085	82.317	(9.232)
Provisão para férias e encargos diretores	26	6	20
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo)	<u>124.544</u>	<u>131.078</u>	
Receita (Despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido			<u>(6.534)</u>

(*) O RTT contempla ICPC-01, juros capitalizados, AVP ônus da Concessão e depreciação societária.

Reconciliação do ativo (passivo) diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2012	131.078
Receita/(Despesa) de imposto de renda reconhecido no resultado	(6.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>124.544</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Tributos diferidos--Continuação

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013	-	13.404
2014	15.701	13.404
2015	15.701	13.404
2016	15.701	13.404
2017	15.701	13.404
Após 2017	61.740	64.058
	<u>124.544</u>	<u>131.078</u>

b) Conciliação da (despesa) de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	65.756	54.322
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(22.357)	(18.469)
Juros sobre capital próprio	5.079	-
Outras adições e exclusões	(76)	(43)
Amortização de ágio em investimentos	(4.973)	1.119
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(22.327)</u>	<u>(17.393)</u>
Imposto de renda e da contribuição social correntes	(15.793)	(22.708)
Imposto de renda e da contribuição social diferidos	(6.534)	5.315

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Conciliação da (despesa) de imposto de renda e contribuição social--Continuação

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014."

13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	1.186	936
Cofins	716	621
PIS	155	135
ISS na fonte	59	116
Outros impostos	220	389
	<u>2.336</u>	<u>2.197</u>

14. Empréstimos

Modalidade	Moeda	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2013	31/12/2012
Finame (c)	Real	Maio de 2017	TJLP + 2,83% a.a.	1.063	987
Finame (b)	Real	Outubro de 2022	2,5% a.a.	387	-
Finame (a)	Real	Julho de 2018	TJLP + 2,30% a.a.	29.721	-
				<u>31.171</u>	987
Circulante					
Não circulante				6.753	13
				<u>24.418</u>	<u>974</u>

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	987	-
Adições	32.500	1.201
Encargos financeiros	1.511	13
Amortização principal	(2.576)	(227)
Amortização juros	(1.251)	-
Saldo final	<u>31.171</u>	<u>987</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	-	146
2015	6.843	349
2016	6.885	349
2017	6.682	130
2018	3.840	-
Posteriores a 2018	168	-
	<u>24.418</u>	<u>974</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Índices financeiros exigidos</u>	<u>Garantias</u>
BNDES (a)	Não exigem manutenção dos índices.	Carta fiança
Banco Itaú (b)	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem
Banco do Brasil (c)	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem

15. Arrendamento mercantil financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Arrendamento mercantil financeiro--Continuação

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano		56
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	-
		<u>56</u>
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	-	-
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>-</u>	<u>56</u>
Circulante		<u>56</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Ativo imobilizado”, refere-se a caminhões e apresenta valor residual de R\$123 em 31 de dezembro de 2013 (R\$229 em 31 de dezembro de 2012).

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	56	251
Encargos financeiros	1	24
Pagamento principal	(55)	(196)
Pagamento de juros	(2)	(23)
Saldo final	<u>-</u>	<u>56</u>

16. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo circulante	Ativo Intangível	Passivo circulante	Passivo não circulante - mútuo
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	1.859	71
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	1.813	221	-
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	14.600	810	-
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (c)	Outras partes relacionadas	9.355	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2013		9.355	16.413	2.890	71
Total em 31 de dezembro de 2012		6.922	-	2.590	31.988

Demonstração do resultado		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Companhia	Natureza		
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. -STP (c)	Outras partes relacionadas	13	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. - juros sobre mútuo (a)	Outras partes relacionadas	-	1.378
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Outras partes relacionadas	15.559	8.076
Total em 31 de dezembro de 2013		15.572	9.454
Total em 31 de dezembro de 2012		21.812	12.640

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$23.635 (R\$22.466 em 31 de dezembro de 2012), com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. Adicionalmente, o valor de R\$71 refere-se ao contrato de mútuo com a EcoRodovias Concessões; o mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano, com vencimento até 31 de dezembro de 2015.
- (b) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$54.018, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2013 há um saldo de serviços a realizar de R\$42.675. Os saldos em aberto a pagar de R\$1.813 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas--Continuação

- (c) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de Administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". O saldo a receber de R\$9.355 (R\$6.922 em 31 de dezembro de 2012) tem vencimentos em até 45 dias, não está sujeito a juros nem atualização monetária e não foram concedidas garantias e avais.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); nem (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia de R\$1.045 em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.511 em 31 de dezembro de 2012).

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Salários e ordenados	380	441
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 20.c)	150	86
Previdência privada	24	19
Benefícios diretos e indiretos	269	289
	823	835

17. Provisão para manutenção

Os valores registrados como custo de provisão referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxa de 9,01% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para manutenção--Continuação

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para manutenção	194.792	29.550	-	-	224.342
Efeito de valor presente sobre constituição	(53.479)	(7.096)	-	-	(60.575)
Realização da manutenção	(76.269)	-	(19.042)	-	(95.311)
Ajuste a valor presente - realizações	23.085	-	-	6.829	29.914
	<u>88.129</u>	<u>22.454</u>	<u>(19.042)</u>	<u>6.829</u>	<u>98.370</u>
Circulante	<u>13.432</u>				<u>36.853</u>
Não circulante	<u>74.697</u>				<u>61.517</u>

	31/12/2012	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para manutenção	224.342	29.573	-	-	253.915
Efeito de valor presente sobre constituição	(60.575)	(7.728)	-	-	(68.303)
Realização da manutenção	(95.311)	-	(37.122)	-	(132.433)
Ajuste a valor presente - realizações	29.914	-	-	13.021	42.935
	<u>98.370</u>	<u>21.845</u>	<u>(37.122)</u>	<u>13.021</u>	<u>96.114</u>
Circulante	<u>36.853</u>				<u>32.164</u>
Não circulante	<u>61.517</u>				<u>63.950</u>

18. Obrigações com o poder concedente

	31/12/2013	31/12/2012
Verba de fiscalização	<u>249</u>	<u>236</u>

Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2013, a parcela reajustada é de R\$249 (R\$236 em 31 de dezembro de 2012).

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A Companhia efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A movimentação da provisão no período é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributária(c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	3.803	1.700	-	5.503
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	291	7.269	6	7.566
(-) Pagamentos	(353)	(353)	(6)	(712)
(+) Atualização monetária	352	226	-	578
(+/-) Reclassificações	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.093	8.842	-	12.935
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributária(c)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2013	4.093	8.842	-	12.935
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	326	255	-	581
(-) Pagamentos	(1.616)	(7.393)	-	(9.009)
(+) Atualização monetária	357	933	-	1.290
(+/-) Reclassificações	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.160	2.637	-	5.797

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2013, R\$4.219 (R\$2.344 em 31 de dezembro de 2012), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. Em 31 de dezembro de 2013, existem processos que totalizam R\$1.471 (R\$871 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A principal causa provável, ou seja, com constituição de provisão é uma ação de responsabilidade solidária referente à reclamação trabalhista de ex-colaborador da empresa Qualix Serviços Ambientais S.A., pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Companhia ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$7.127. Em 30 de outubro de 2013 o banco Bradesco executou a carta fiança em favor do reclamante, restando um saldo a pagar para essa ação, atualizado até 31 de dezembro de 2013 de R\$1.465. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Tal dever é objeto de procedimento arbitral instaurado pela EcoRodovias Infraestrutura perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, ainda sem julgamento de mérito, razão pela qual prevê-se um futuro possível ressarcimento dos valores desembolsados pela Companhia, em ação de execução de sentença arbitral.

(c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2013, existem processos de natureza tributária, que totalizam R\$2.123, avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social é de R\$291.468, representado por 291.468.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo é de R\$9.473 (R\$7.302 em 31 de dezembro de 2012).

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela AGE da EcoRodovias Infraestrutura.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

O Conselho de Administração disponibilizou 190.629 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 23/03/2012	4ª outorga 25/04/2013
Quantidade de opções de ações	18.617	32.710	91.761	47.541
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2013, foi registrado na rubrica "Plano de opções com base em ações" o valor de R\$150 (R\$86 em 31 de dezembro de 2012).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2009	-	-	-	-	-
Outorgadas	18.617	-	-	-	18.617
Em 31 de dezembro de 2010	18.617	-	-	-	18.617
Outorgadas	-	32.710	-	-	32.710
Exercidas	(4.655)	-	-	-	(4.655)
Em 31 de dezembro de 2011	13.962	32.710	-	-	46.672
Outorgadas	-	-	91.761	-	91.761
Em 31 de dezembro de 2012	13.962	32.710	91.761	-	138.433
Outorgadas	-	-	-	47.541	47.541
Em 31 de dezembro de 2013	13.962	32.710	91.761	47.541	185.974

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2014	15,47	47.654	2,83	135	11 meses
2015	16,56	43.004	3,17	136	23 meses
2016	17,22	34.826	3,50	122	35 meses
2017	19,39	11.886	4,90	58	47 meses
		<u>137.370</u>	<u>3,60</u>	<u>451</u>	

d) Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2013 no valor de R\$32.568 refere-se a: R\$1.634 saldo de dividendos remanescentes de 2011 que estavam contabilizados na conta reserva de dividendos; R\$8.771 saldo de dividendos remanescentes de 2012; R\$12.547 dividendos intermediários de 2013; e R\$9.616 juros sobre capital próprio referente o exercício de 2013.

O cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio é como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido do exercício	43.429	36.929	30.324
Prejuízos acumulados	-	-	(28.031)
Reserva legal - 5%	(2.171)	(1.846)	(115)
	41.258	35.083	2.178
Proposta da Administração			
Dividendos intermediários pagos	(12.547)	-	(544)
Juros sobre capital próprio	(14.939)	-	-
Constituição de orçamento de capital conforme AGO 25/04/2013	-	(26.312)	-
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	13.772	8.771	1.634

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita líquida

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	131.393	126.746
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	84.608	68.647
Vale-pedágio	20.031	16.748
Outras	7	1.509
	<hr/> 236.039	<hr/> 213.650
Receita de construção	30.800	50.661
Receitas acessórias (b)	7.183	6.777
Receita bruta	<hr/> 274.022	<hr/> 271.088
Deduções de receita bruta (c)	(20.982)	(19.005)
Receita líquida	<hr/> 253.040	<hr/> 252.083

- (a) Refere-se as receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico;
- (b) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros;
- (c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções das receitas.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	236.039	213.650
Receitas acessórias	7.183	6.777
	<hr/> 243.222	<hr/> 220.427
Deduções		
Cofins (3%)	(7.297)	(6.613)
PIS (0,65%)	(1.581)	(1.432)
ISS (2% a 5%)	(12.095)	(10.960)
Devoluções e abatimentos	(9)	-
	<hr/> (20.982)	<hr/> (19.005)

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Despesas com pessoal	16.968	22.791
Conservação e manutenção	17.792	10.199
Serviços de terceiros (*)	32.484	31.619
Seguros (vide Nota Explicativa nº 27)	1.311	1.192
Poder concedente	3.280	2.715
Depreciação e amortização	38.860	36.705
Provisão para manutenção	21.845	22.454
Custos com construção	30.800	50.661
Locação de imóveis e máquinas	1.792	1.577
Outros custos e despesas operacionais	5.663	6.478
	170.795	186.391
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	149.944	158.084
Despesas gerais e administrativas	20.851	28.307
	170.795	186.391

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, serviços de consultoria, assessoria e engenharia e serviços de limpeza.

23. Resultado financeiro

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.192	997
Variação monetária ativa	96	194
Outras	157	2
	1.445	1.193
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e leasings	(1.512)	(46)
Juros sobre contrato de mútuo	(1.378)	(4.953)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	(13.021)	(6.829)
Outras	(2.042)	(916)
	(17.953)	(12.744)
Resultado financeiro, líquido	(16.508)	(11.551)

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Lucro por ação

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	43.732	36.929
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	291.468	291.468
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,15	0,13

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

25. Participação nos lucros e resultados

A Companhia tem como política a distribuição de participação nos lucros e resultados aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a participação nos lucros e resultados foi de R\$781 (R\$752 em 31 de dezembro de 2012), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com o poder concedente detalhados nas Notas Explicativas nº 14, nº 15 e nº 18, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido e reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 20).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) *Exposição a riscos cambiais*

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) *Exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- As aplicações financeiras são formadas por CDBs, remunerados a taxa de 101,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Considerações gerais--Continuação

- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com o poder concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nº 14, nº 15 e nº 18.

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dívida (a)	31.420	1.279
Caixa e equivalentes de caixa	(13.713)	(8.807)
Dívida líquida	<u>17.707</u>	<u>(7.528)</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>341.320</u>	326.861
Índice de endividamento líquido	<u>0,05</u>	<u>(0,02)</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com o poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 14, nº 15 e nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	3.812	3.812
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	13.090	13.090
Aplicações financeiras (b)	Empréstimos e recebíveis	9.901	9.901
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	3.460	3.460
Empréstimos (c)	Outros passivos financeiros	31.171	31.171

(a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço patrimonial.

(c) Os empréstimos foram calculados por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BMF do dia 30 de dezembro de 2013, com base nas parcelas a vencer.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Considerações gerais--Continuação

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$9.355 (R\$6.922 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Empréstimos	2,5% a.a.	53	52	51	274
Empréstimos	TJLP + 2,83% a.a.	348	460	429	154
Empréstimos	TJLP + 2,30% a.a.	8.382	7.934	7.482	10.913

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação da TJLP, principais indicadores dos empréstimos contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI	930	698	465
Juros sobre empréstimos	Alta da TJLP	(1.968)	(2.300)	(2.629)
Juros a incorrer		(1.038)	(1.602)	(2.164)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco de variação nas taxas de juros--Continuação

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
TJLP (*)	5,00%	6,25%	7,50%

(*) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. Plano de Previdência Privada

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contribuiu com o montante de R\$142 (R\$125 em 31 de dezembro de 2012), registrado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2013, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
"All Risk" - danos materiais	Dezembro de 2013 a dezembro de 2014	823.253
"All Risk" - responsabilidade civil	Dezembro de 2013 a dezembro de 2014	260.120
"All Risk" - perda de receita	Dezembro de 2013 a dezembro de 2014	260.120
Seguro-garantia	Fevereiro de 2013 a fevereiro de 2014	13.006
Veículos	Julho de 2013 a julho de 2014	Tabela Fipe

29. Contratos de concessão

A Companhia, constituída em 03 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à Companhia, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de paisagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Contratos de concessão--Continuação

Nos casos de encampação, o Poder Concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e às avaliações necessários à determinação do montante da indenização que será devida à concessionária, mediante a prévia indenização das parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços pertinentes à concessão, além de remuneração do capital pelo rompimento antecipado do contrato, calculada com base na proposta da concessionária, através da margem de receita líquida prevista para o prazo restante da concessão. Considerando que a Administração não julga provável a rescisão antecipada, não foi apurado o eventual valor de ressarcimento.

Em 07 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2013, a parcela reajustada é de R\$249 (R\$236 em 31 de dezembro de 2012).
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao Terminal Turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Contratos de concessão--Continuação

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita de construção	30.800	50.661
Custos de construção	(30.800)	(50.661)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Compromissos relativos às concessões

A Companhia estima o montante a seguir em 31 de dezembro de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

<u>Natureza dos custos</u>	<u>Previsão de 2014 a 2021</u>
Melhorias na infraestrutura	798
Conservação especial (manutenção)	313.070
Equipamentos	60.379

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Contratos de concessão--Continuação

Compromissos relativos às concessões--Continuação

Informações adicionais sobre o contrato de concessão--Continuação

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Os reajustes tarifários de 2011 a 2013 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o degraú tarifário previsto para o dezembro de 2013 nas praças de pedágio da Ecocataratas.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Também em março de 2012 foi emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido relatório concluiu preliminarmente que o contrato pode encontrar-se desequilibrado em desfavor do usuário. Foi apresentada defesa e impugnados os critérios considerados para reequilíbrio e as conclusões preliminares do relatório. Não há julgamento final ainda.

Em 09/07/2013, mediante ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. As concessionárias de rodovia do Estado colaboraram ativamente com os trabalhos, através da entrega de documentos, apresentação de explicações e depoimento de seus Presidentes. A CPI deve encerrar-se em março de 2014.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, assim como quanto à publicação de relatório final da CPI do Pedágio, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, assim como da CPI do Pedágio, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.